

A expansão capitalista na década de 1950, as associações industriais e a interpretação gramsciana.

Anderson Tavares.*

Introdução

O tema da Revolução Burguesa no Brasil permanece importante para a compreensão da nossa formação social. Diante de um modelo de desenvolvimento capitalista extremamente desigual, a ordem do dia continua a ser o avanço da formação social capitalista sem que esteja pautado qualquer tipo de mudança estrutural. O próprio processo político eleitoral atual tensiona a limitar as discussões à melhor administração ou gestão da sociedade.

Nos marcos de um estudo voltado para compreender as raízes da situação atual, o objetivo deste trabalho é analisar um momento do processo de consolidação de burguesia industrial brasileira como classe dominante. A década de 1950 é um período de importantes transformações econômicas no Brasil. Além dos projetos de expansão da indústria elaborados ao longo do governo de Getúlio Vargas (1951-1954), esta década é marcada, principalmente, pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que, através do Plano de Metas, organiza as condições para a promoção de intensa expansão do parque industrial. O modelo de industrialização do período baseou-se na entrada maciça de capitais externos. Isso ocorreu através de empréstimos diretos ou com a ampliação do setor da burguesia local associada ao capital estrangeiro.

O objetivo deste trabalho é compreender como ocorreu a relação entre o empresariado industrial e o Estado num momento-chave do desenvolvimento capitalista brasileiro. Isto é, a passagem do modelo agro-exportador, no qual as frações preponderantes da classe dominante são a burguesia agrária e comercial, para uma sociedade capitalista industrial, na qual a burguesia industrial é a fração de classe hegemônica. Para isso, queremos problematizar as interpretações que apontam que nesse período o Estado era forte e atuante, enquanto a sociedade civil (burguesa) era fraca e débil.

Para analisar este objeto, apresentaremos, na próxima seção, algumas categorias explicativas desenvolvidas por Antônio Gramsci para interpretação do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo e de suas formas de dominação, tais como *Estado ampliado* e

* Anderson Tavares é mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, bolsista do MEC.

revolução passiva. Em seguida, iremos aprofundar alguns elementos da relação entre a burguesia industrial e o Estado, já sob a luz das categorias abordadas na sessão anterior. No pensamento social brasileiro, é consolidada a visão na qual o Estado é ator fundamental no processo de evolução e constituição do capitalismo industrial, iremos problematizar o papel do Estado ao debater a relação entre este e a sociedade civil, sob a perspectiva de que esta é composta por classes sociais e frações de classe em luta constante. Ao final apresentaremos alguns apontamentos a título de conclusão.

Gramsci e a interpretação da realidade brasileira.

O estudo sobre o Estado capitalista no campo marxista tem como base a sua relação com a luta de classes. Nessa concepção, o Estado atua para manter as condições de dominação da classe trabalhadora pela classe burguesa. Gramsci acrescenta um aspecto quando analisa o Estado capitalista na sua fase monopolista. O Estado, para esse autor, atua de maneira *ampliada*, buscando organizar a cultura e a política através dos aparelhos “ditos” privados de construção da hegemonia. Fontes destaca que:

O refinamento da análise gramsciana do Estado, em sua estreita articulação com os aparelhos privados de hegemonia, permite analisar processos distintos e imbrincados. O primeiro, a importância da ampliação do Estado e da constituição de uma extensa rede de associatividade para a consolidação do capitalismo no período monopolista. (FONTES, 2010:139)

Ao analisar o Estado fascista italiano, Gramsci concluiu que a coerção que marcou aquele tipo de regime era combinada com a mobilização da sociedade para o consenso. Assim, a hegemonia exercida pela classe dominante, mesmo no período fascista, se constituía através da combinação da coerção e do consenso, que seria ativo por parte dos próprios dominados. Tal consenso seria construído e organizado através da sociedade civil (empresas, jornais, clubes, partidos, sindicatos, etc).

O exercício normal da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2011: 95)

A hegemonia¹, portanto, é construída a partir e de dentro da sociedade civil. Partindo

de Marx e Engels, Gramsci compreende a sociedade civil como espaço de produção social da vida, ou seja, a relação entre o modo de produção (infra-estrutura) e as formas de dominação (super-estrutura) negando qualquer tipo de separação *orgânica* entre essas esferas.² De acordo com importante interprete de Gramsci, “[A] ampliação do conceito de Estado, como é fácil compreender, acompanha a elaboração da teoria da hegemonia, como conjunto de força e de consenso, ou como consenso a ser posto ao lado da força.” (LIGOURI, 2003:180)

A acepção gramsciana de sociedade civil é profundamente diversa do conceito de origem liberal que afirma-o como espaço das vontades naturais individuais. Para a tradição marxista a sociedade civil organiza os interesses não individuais, mas de classe que se constroem no interior da produção social da vida. Virgínia Fontes argumenta que “Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado.” (FONTES, 2010:133)

Outro ponto importante da contribuição de Gramsci, é considerar que, além de organizar os interesses de classe, é na sociedade civil que se organiza o convencimento, o consenso dos dominados e das demais frações da classe dominante, em torno do projeto da fração dirigente. A burguesia passa a atuar fazendo do Estado capitalista moderno um *Estado ampliado*, com isso faz com que seus interesses atuem, simultaneamente, na sociedade civil e na sociedade política, ou seja, no Estado propriamente dito.

A luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difusa pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões. Não há, pois, oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci. [...]

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010:136)

Essa relação entre Estado e sociedade civil, isto é, o Estado ampliado, é fundamental para a compreensão da representação dos interesses da burguesia industrial, em vias de

do regime parlamentar”. O período ente 1930 e 1964, no Brasil, é marcado por grande instabilidade política, oscilando entre alguns períodos de democracia liberal e governos ditatoriais ou provisórios. Na década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) há razoável estabilidade política se comparado aos outros governos do período. Existem estudos que buscam compreender de que forma foi possível a esse governo especificamente se diferenciar dos demais. Ver, por exemplo, BENEVIDES(1976).

consolidação, na década de 1950. Na sessão seguinte analisaremos como os interesses burgueses buscaram se fazer representar no Estado restrito ora aceitando um modelo proposto pelo governo, ora questionando e lutando por alterações nesse modelo. Em suma, a relação entre sociedade civil e Estado foi marcada por disputas intensas que tinham como aspecto essencial a própria consolidação da burguesia industrial como fração dirigente, ou hegemônica. Dessa forma, consideramos que a noção de *Estado ampliado* abre uma série de perspectivas para analisar o Estado brasileiro.

No pós-Segunda Guerra mundial, o Brasil foi um dos países palco da expansão de capitais do centro em direção à periferia capitalista. Assim, é mister observar cuidadosamente as formas que assumem o Estado e os diversos grupos da sociedade civil no contexto de ingresso de uma série de capitais industriais já sob o estágio monopolista.

Dessa forma, é importante recuperar mais um elemento da análise de Gramsci apresentado por Fontes, no que tange a relação entre as elaborações do autor e o pensamento de Lênin:

O imperialismo[...] demonstrava ser, numa de suas facetas, uma nova capacidade de organização contraditória da própria burguesia. [...] Gramsci aprofunda o tema das formas de organização, e se sua reflexão incide diretamente sobre a organização da dominação, o faz incorporando o processo de luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista. (FONTES, 2010:133)

Ao estudar o Estado, Gramsci tinha como referência as formas que o capitalismo assumia no início do século XX, isto é, o imperialismo. Para ele o capitalismo é uma forma de organização da vida social que tem a base fundamental na produção material e nos modos de organização das vontades coletivas.

O espaço de organização dos interesses de classe através da sociedade civil tem em Gramsci a materialização dos sujeitos históricos, ao mesmo tempo coletivo, e que se expressam individualmente na figura dos intelectuais. Para ele, todo intelectual é orgânico a um grupo social. Com o processo de complexificação da sociedade capitalista essa função passa a ter uma importância central na sociedade civil e no Estado.

Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo também leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas provadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (GRAMSCI, 2011b: 267)

No processo brasileiro em questão, conforme o setor industrial se consolida como o mais dinâmico da economia seus intelectuais orgânicos passam a ocupar espaços de decisão junto às agências do Estado. A própria organização e diversificação das associações representativas dos interesses industriais demonstram o processo de consolidação e complexificação da própria classe burguesa. Iremos analisar, a seguir, esse processo, passando pelo modelo de representação corporativo e associativo.

Por fim, o processo de consolidação da burguesia brasileira se aproxima das formulações de Gramsci acerca da noção de *revolução passiva*. Segundo Coutinho, a revolução passiva é uma das contribuições que interpretam processos de transição “não-clássicos”. A *revolução passiva* resulta do esforço de compreensão do processo de transição italiana ao capitalismo. Gramsci destaca que no processo de unificação italiano ocorre uma aliança entre os setores modernos e atrasados das classes dominantes.

os processos de transformação em que ocorre uma conciliação entre as frações modernas e atrasadas das classes dominantes, com a explícita tentativa de excluir as camadas populares de uma participação mais ampla em tais processos. Gramsci diz que as revoluções passivas provocam mudanças na organização social, mas mudanças que também conservam elementos da velha ordem.[...]Ao referir-se ao tipo de Estado que resulta de processos de revolução passiva, Gramsci fala em ‘ditaduras sem hegemonia’.(COUTINHO, 2006: 174)

Nos processos de “revolução passiva”, o Estado tende a ocupar um espaço significativo nessas sociedades. Em outro trabalho, Coutinho destaca o processo de revolução passiva como a díade “restauração-renovação” que permite compreender as lutas intensas entre os diversos grupos sociais no processo de transição ao capitalismo.

En primer lugar, un proceso de revolución pasiva, a diferencia de una revolución popular, "desde abajo", jacobina, implica siempre la presencia de dos momentos: el de la "restauración" (por cuanto es una reacción a la posibilidad de una efectiva y radical transformación "desde abajo") y el de la "renovación" (por cuanto implica que muchas de las demandas populares son asimiladas y puestas en practica por los viejos grupos dominantes). (COUTINHO, 1986: 4)

Assim, no tocante às lutas entre os grupos sociais dominantes e subalternos, esse processo se configurou por uma conjunção de interesses entre o antigo setor dominante e o setor que emerge(restauração) a partir das mudanças nas estruturas socioeconômicas que se caracteriza, ainda, pelo bloqueio ou limitação da participação dos setores subalternos nas novas estruturas sociais que se gestam, apesar de muitas vezes incorporar algumas de suas reivindicações(renovação). Ao observar a história brasileira Coutinho afirma que

Na Revolução de 1930, setores das oligarquias agrárias, aqueles não ligados

diretamente ao mercado externo, deslocam do papel de fração hegemônica no bloco no poder a oligarquia cafeeira, cooptam alguns segmentos da oposição da classe média (que se expressavam no movimento tenentista) e empreendem processos de transformação que irão se consolidar efetivamente a partir de 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo, quando se promove, sob a égide do Estado, um intenso e rápido processo de industrialização pelo alto.(COUTINHO, 2006:177)

A luz dessas contribuições investigaremos o processo de expansão do setor produtivo industrial na década de 1950, como parte do processo de consolidação da hegemonia da fração industrial da burguesia brasileira. Esse setor buscou fazer representar seus interesses perante o Estado de modo particular.

A organização dos interesses da burguesia industrial brasileira.

O objetivo dessa seção é analisar algumas formas de organização dos interesses da burguesia industrial e sua articulação com o Estado restrito. O período abordado é a década de 1950, que tem como marco o regime democrático-liberal. A nossa análise terá como suporte teórico a categoria gramsciana de *Estado ampliado* explicitada acima.

Antes de 1930, os industriais se organizavam através de associações de caráter privado, os Centros Industriais, localizados nos estados mais industrializados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (Juiz de Fora) e Rio Grande do Sul. Essas organizações atuavam com ampla liberdade e foram o principal meio de articulação dos interesses dos industriais, tais como proteção tarifária, políticas de crédito e estabilização cambial³.

A partir de 1930, o governo provisório instalado adotou o modelo corporativista de representação dos interesses dos diversos grupos perante o Estado. O marco legal dessa forma de representação ocorre em 1931, quando da criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Segundo esse decreto [19.770/1931], as associações de classe denominadas sindicatos (âmbito local), federações (âmbito estadual) e confederações (âmbito nacional) deveriam ter a aprovação do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio para se instalarem e deviam submeter-se ao seu controle. Por outro lado, a entidade "oficial" de classe ganhava um lugar no interior do Estado, como "órgão consultivo e técnico" do Estado, em questões que dissessem respeito aos seus interesses de classe. (LEOPOLDI, 2000:76)

A reação dos industriais ao decreto foi aparentemente contraditória. Ao passo que

demonstraram sua insatisfação com o regulamento, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) foi o primeiro a se sindicalizar e adequar-se à nova legislação. A criação da FIESP (Federação das Industriais do Estado de São Paulo), em 1931, substituiu o CIESP como órgão de representação oficial. Com isso, os industriais esperavam garantir o espaço de representação no interior do Estado. No Rio de Janeiro, o Centro Industrial do Brasil (CIB) assume a feição de Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ). Vale destacar que “[n]esse período, as Federações da indústria, a despeito de se adaptarem ao regime sindical de 1931, desfrutaram de grande liberdade de ação, o que lhes deu um caráter misto (privado e oficial)” (LEOPOLDI, 2000:78)

Em 1934, a mudança na legislação sindical passa a permitir a existência de mais de um sindicato por categoria, ou no caso, ramo de produção. Em 1937, a FIESP se desdobra na FIP (Federação das Indústrias Paulistas) que é reconhecida pelo Ministério do Trabalho. As duas entidades passaram a atuar paralelamente.

Com esse desdobramento da FIESP, tinha início uma tradição do nosso sindicalismo industrial: manter simultaneamente uma entidade privada e uma oficial, com a mesma diretoria. A ideia veio de Roberto Simonsen, preocupado em manter a entidade privada da indústria, para garantir representatividade no caso de o governo decidir terminar com as associações sindicais. (LEOPOLDI, 2000:81)

A dupla representação formal, sob a mesma diretoria, garantia, na prática, um espaço com maior autonomia que pudesse organizar os interesses e os projetos dos industriais. Ou seja, uma entidade que, ao mesmo tempo que garantia a representação corporativa no interior do Estado, atuava como um aparelho privado de hegemonia no interior da sociedade civil.

Em 1939, já sob o regime do Estado Novo, através do decreto-lei 1.402, o governo tenta retomar o modelo que excluía as entidades privadas. As entidades FIESP e CNI (Confederação Nacional da Indústria) – esta última criada em 1938 – através de suas lideranças organizaram uma campanha contra o decreto. Os principais pontos criticados eram a organização vertical, contra a qual defendiam o modelo eclético de organização das federações, como a FIESP que congregava diversos ramos industriais no seu interior. Ou seja, defendiam um modelo mais unificado contra o modelo do governo que fragmentaria em uma série de federações de acordo com o ramo de produção. Outro ponto central que combatiam era a extinção das associações de caráter privado que atuavam paralelamente aos sindicatos oficiais e a proibição da reeleição das diretorias.

Segundo Leopoldi, o princípio da crítica feita pelas lideranças industriais,

principalmente Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, consistia em afirmar que o Estado não deveria exercer um controle muito forte sobre as organizações empresariais e que as estruturas de representação dos seus interesses não poderiam equivaler as estruturas de representação dos trabalhadores frente ao Estado. Havia uma proposta clara dos industriais acerca do tipo de relação que deveria haver entre o Estado e as entidades empresariais que seria diferente do tipo de representação corporativa dos trabalhadores.

A FIESP reuniu todos os recursos possíveis para impedir a vigência do decreto. [...]Preparou cuidadosamente a crítica da política de sindicalização, com o apoio de diversas associações paulistas: Associação Comercial, Instituto de Engenharia, Bolsa de Mercadorias e Federação do Comércio de São Paulo. Juntaram-se a essas entidades a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Indústrias de Minas Gerais. A recém-criada Confederação Nacional das Indústrias foi designada para ser o representante das reivindicações dos paulistas junto ao governo federal, cabendo-lhe encaminhar ao ministro do Trabalho um memorial contendo as críticas e sugestões das entidades paulistas. (LEOPOLDI, 2000:85)

Essa movimentação demonstrava uma organização entre os industriais que usavam o canal corporativo para interferir nas políticas públicas, porém tinham clareza quanto à necessidade de espaços distintos do Estado restrito para formularem suas propostas e projetos, que eram as entidades privadas. Dessa forma, a representação sindical industrial assumiu um modelo oriundo da relação entre o Estado e os interesses da burguesia industrial, não sendo nem o modelo corporativista original, nem aquele que existia antes de 1930.

Além disso, cabe ainda destacar que as mudanças não se estenderam para a representação sindical dos trabalhadores que continuava submetida ao Estado. As associações não atreladas à estrutura oficial eram proibidas, apesar das iniciativas dos trabalhadores de resistência de alguns setores, na década de 1930, ou ainda a criação do Movimento de Unificação dos Trabalhadores(MUT) em 1945, com caráter extra-oficial⁴.

A interpretação que afirma nessa época a existência de um Estado forte e atuante e uma sociedade civil fraca e desorganizada limita a análise dos movimentos de organização de espaços de articulação de interesses ou aparelhos privados de hegemonia mesmo sob a vigência do corporativismo oficial. Nesse sentido, destacamos a diferença entre o tipo de corporativismo que cabia a classe trabalhadora e aquele que se configurou entre os industriais, ficando claro o caráter de classe do Estado.

Na prática, uma mesma entidade patronal cumpria ambos papéis de elaborar os planos da burguesia de maneira autônoma e de defender seus interesses no interior do Estado. As

entidades tinham clareza do incentivo à industrialização que seria oferecido pelo Estado. Assim, Leopoldi defende a tese da existência de um *modelo de corporativismo negociado*. Diante de um intenso processo no qual, ora a sociedade civil se movimenta em direção ao Estado, ora o Estado atua em direção a sociedade civil, apontamos como base teórica a noção de *Estado ampliado*. Nesse caso, ampliado para cumprir a necessária hegemonia no interior da classe burguesa que passava por mudanças que alguns autores caracterizaram como a sua *Revolução Burguesa*.⁵

Na década de 1950, o modelo corporativo passou a conviver com outras formas de representação dos interesses empresariais. No segundo governo Vargas (1951-1954), o Estado sofreu uma série de transformações. O planejamento da política econômica ganhou um espaço específico no interior do Estado com a criação de um conjunto de agências que atuava diretamente na sua formulação.

A política industrial do governo de Getúlio Vargas foi destinada à Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), órgão criado com o objetivo específico de formular empreendimentos industriais. A CDI era composta por funcionários de órgãos do governo da área econômica, dos militares, além do presidente da CNI e de diversos membros da indústria paulista em expansão. Compunha, ainda, a CDI o que Dreifuss chamou de *técno-empresários*.⁶ Em 1952, a CDI formulou o Plano Geral de Industrialização⁷ que passou a estabelecer setores prioritários de investimento estatal.

Além disso, Vargas buscou centralizar o comando da política econômica na sua assessoria econômica que foi conduzida por Rômulo de Almeida, economista do Departamento Econômico da CNI, cedido para a assessoria presidencial. A estreita relação de Vargas com o empresariado brasileiro pode levantar a tese de um modelo de industrialização nacionalista. Leopoldi comenta o assunto,

A CDI, a Sumoc [Superintendencia da Moeda e do Crédito] e a liderança das associações industriais formavam importantes anéis decisórios, responsáveis pela formulação e implementação de políticas para os vários setores da indústria. Havia, pois, um certo controle de algumas áreas da política industrial pelos próprios industriais, pois eles tinham voz dentro desses órgãos decisórios. Isso permite pensar numa aliança política entre a liderança industrial, os técnicos nacionalistas, os representantes da Cepal no Rio de Janeiro (Grupo Misto Cepal-BNDE) e o presidente Vargas em torno de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico. Por outro lado, tal projeto nunca se definiu claramente, em virtude da

5 Ver FERNANDES, 2008:239-260.

6 Ver DREIFUSS, 1981:73 – 77.

7 Ver LEOPOLDI, 2000:221.

propensão de Vargas a buscar um caminho intermediário, buscando interlocutores em empresas estrangeiras(sediadas ou interessadas em se instalar no país) nos círculos de tecno-empresários ligados a essas empresas, ou ainda em membros da burocracia com orientação neoliberal.(LEOPOLDI, 2000:230)

Dessa forma, apesar de o nacionalismo estar presente na época, a existência de uma burguesia de caráter “nacional”, que se antagonizasse com o antigo setor dominante agro-exportador e com o imperialismo dos países centrais, não se concretizou, como sugere a categoria de *revolução passiva*, vista na seção anterior.

É importante destacar a relação entre o capital local e o capital externo no desenvolvimento da indústria brasileira que teve início ainda em fins do século XIX. Queiroz e Evans destacam que o empresariado industrial de origem local e o de origem externa, desde o início da industrialização, convivem de maneira variada apesar do crescimento do capital de origem externa na década de 1950.

Pode-se argumenta que existe uma tendencia a longo termo para uma predominância gradualmente crescente do capital internacional, mas isto afeta de maneira muito diversa os diferentes ramos da indústria e as diferentes espécies de capital local. Seja qual for o grau de predominância do capital internacional, certos membros da burguesia local se estabeleceram de tal modo na presente estrutura industrial que daí não poderão ser desalojados. Foi criada uma burguesia “mista” na qual se entrelaçam o capital nacional e o internacional. Várias posições de comando são firmemente mantidas pelo capital local.(QUEIROZ e EVANS, 1977:8)

A ideia de uma burguesia “mista” traduz o convívio, sob as leis tendenciais de funcionamento do capitalismo, entre os industriais locais e estrangeiros. O estudo de Queiroz e Evans demonstra ainda o processo de inserção de grupos estrangeiros ocorreu mesmo em ramos tradicionais da indústria brasileira. A concorrência entre capitais locais e externos implicava em falências, em fusões, ou ainda em processos de diversificação da indústria de origem local para outros ramos. Isso explica, ainda, a posição de alguns industriais no início da década de 1950 que defendiam a entrada de capitais externos apenas nos setores onde o capital local não estivesse instalado, como forma de incentivo à indústria local. No entanto, a expansão da produção industrial na década de 1950 ocorreu de maneira distinta à proposta acima apresentada, além de promover profundas mudanças nas formas de articulação e organização da representação dos industriais no interior do Estado.

Nesse período, o tema do planejamento econômico foi bastante presente. Desde os anos da Segunda Guerra Mundial, o Conselho Federal de Comércio Exterior(CFCE) assumiu ações de planejamento em função da guerra e de seus efeitos sobre as importações e

exportações. Vários autores se debruçaram sobre esse assunto, sendo Otávio Ianni um dos que contribuíram significativamente neste debate ao observar a continuidade existente entre os primeiros governos de Vargas até o governos militares sob o aspecto do planejamento.⁸

Na década de 1950, a articulação entre o Estado e o empresariado industrial através de novos órgãos na estrutura estatal cumpriu papel fundamental no planejamento econômico. “A criação da CDI correspondeu a um novo estágio da articulação entre industriais e o Estado. Formava-se no interior deste uma agência incumbida exclusivamente da política industrial, reunindo representantes da indústria ao lado de técnicos do governo.(LEOPOLDI. 2000:222)

O governo Vargas criou também o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) destinado ao financiamento dos projetos econômicos. A criação do BNDE foi a principal medida que resultou dos estudos da Comissão Mista Brasil – EUA (CMBEU). Criada em 1951, esta comissão elaborou uma série de projetos, principalmente nas áreas de energia e transportes, visando empréstimos do governo norte-americano para a sua implementação, que não se concretizaram. O Programa de Metas do governo de Kubitschek, em parte, se baseia nos projetos elaborados por essa comissão.

A CMBEU, assim como outras missões de cooperação econômica, exerceu também o papel de formar os funcionários do aparelho econômico estatal na perspectiva dos técnicos norte-americanos e sua política externa. Tanto os projetos de desenvolvimento econômico, quanto os meios de seu financiamento deveriam estar adequadas à forma própria que assumia o capital monopolista no pós-segunda guerra. Dreifuss demonstra como foram criados novos espaços de decisão adequados aos interesses dos setores multinacionais e associados.

Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecno-burocrática, uma série de anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses. Esses anéis a princípio diminuíram e mais tarde deslocaram a influência dos políticos tradicionais na formulação das diretrizes econômicas. [...] A rede tecno-burocrática expressava o aspecto duplo do processo de controle oligopolista do mercado, ou seja, uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas, o que era exemplificado pela conhecida política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek.(DREIFUSS, 1981:73)

Os novos espaços que surgiram no interior do Estado, nesse momento, ocuparam o lugar que antes cabia à relação corporativa entre as entidades industriais e o Estado, ou seja, o acesso de determinada classe social ao Estado restrito. Se antes a FIESP, FIRJ e CNI representavam o conjunto dos setores industriais, ao longo da década de 1950 foram criadas

8 IANNI(1977)

novas associações que passaram organizar os interesses de setores específicos da indústria em expansão. As novas associações possuíam apenas o caráter privado, mantendo a representação oficial com as entidades já existentes. Para Leopoldi, esse processo significa a crise do modelo de representação corporativo.

O tipo de colaboração entre indústria e Estado mudava lentamente: em lugar de representantes da indústria como um todo participarem de decisões de política setorial em organismos como o CFCE ou a CME, surgia uma nova forma de articulação entre os interesses industriais e os organismos do Estado. Os anéis burocráticos que então se formam nas subcomissões da CDI evidenciam o início do processo de fragmentação na forma de representação de interesses dentro do Estado. Formam-se arenas decisórias específicas: a da indústria de automóveis e autopeças; a da indústria petrolífera combinada à indústria de equipamentos; a de energia elétrica combinada a indústria de material elétrico pesado, para citar apenas alguns. No governo Kubitschek, essas arenas tomariam a forma de grupos executivos. (LEOPOLDI, 2000:232. grifos do original)

A fragmentação da representação industrial no Estado expressa uma mudança fundamental na própria estrutura produtiva. Conforme o parque industrial se desenvolveu e se diversificou, os setores mais dinâmicos do capital aqui instalado buscaram espaços alternativos de inserção no Estado.

começaram a ser organizadas associações civis paralelas à estrutura corporativa, particularmente nos setores mais dinâmicos da atividade industrial, em grande parte sediadas no estado de São Paulo mas com base nacional de representação. A mais expressiva dessas associações – A ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base) – foi fundada neste período e permanece ainda hoje como um núcleo poderoso de interesses da indústria. (BOSCHI, 1979: 83)

Vale destacar nesse processo, como uma das suas principais causas, a Instrução 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) que possibilitou a entrada maciça de investimentos estrangeiros no setor industrial, diversificando, com isso, o parque industrial brasileiro. Criada em 1955, durante o governo de Café Filho, permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial, na forma de investimento estrangeiro direto. Isso colocava os industriais de origem externa em vantagem em relação ao industrial local, pois este precisava passar pelo leilão de câmbio para conseguir importar maquinário. Essa medida fora criada por Eugênio Gudín, um dos principais intelectuais do liberalismo da época.

Apesar da dura crítica de parcela dos industriais, não houve espaço para negociação. A medida criada no governo Café Filho, que colocara uma equipe na área econômica de orientação distinta da equipe de Vargas, foi mantida no governo de Juscelino sendo uma das alavancas do modelo de aceleração do crescimento implementado.

Na década de 1950 as associações industriais por ramo produtivo começam a ser

instituídas. O modelo corporativo deixou ser a única via de inserção dos interesses industriais no Estado. Destacamos as seguintes associações fundadas nesse período: a ABDIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base) fundada em 1955; a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) é fundada em 1956; a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) é fundada em 1957; o Instituto Aço Brasil, antigo Instituto Brasileiro de Siderurgia, é fundado em 1963; Associação Brasileira de Metais, criada em 1943; além das associações do setor químico, indústria de alimentos e de materiais elétricos, fundadas entre 1963 e 1964. Vale ressaltar que a ABDIB, enquanto representante do setor das industriais de base, foi uma das principais beneficiárias da Instrução 113 recebendo boa parte do ingresso de maquinário⁹

O governo Juscelino Kubitschek constituiu espaços específicos no Estado para a articulação dos setores beneficiados pelos investimentos do Programa de Metas. O Conselho de Desenvolvimento (CD), composto pelos ministros de Estado e representantes dos principais órgãos de política econômica governamental (BNDE, Banco do Brasil, SUMOC, CACEX), foi a principal agência responsável pela elaboração da política econômica. O CD possuía ramificações e secretarias especiais. Além disso, foram criados os grupos executivos que estavam diretamente ligados ao CD e elaboraram os projetos específicos em cada setor. Nesse espaço, além dos representantes da equipe econômica do governo, havia os integrantes do empresariado dos setores alvo dos projetos.

O governo Kubitschek através dos grupos executivos organizou a relação dos industriais com o Estado por um modelo que privilegiava os setores estratégicos dentro do seu plano. Na indústria de veículos automotores através do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), na indústria da construção naval através do GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval), na Indústria Mecânica Pesada o GEIMAPE (Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada), este último no qual estava incluída a ABDIB.

(...)saíam de cena as lideranças da era getulista, dando lugar a um sistema corporativo híbrido: ao lado das federações regionais, agora dominadas pelos gerentes de empresas em São Paulo e no Rio de Janeiro, apareciam as associações paralelas (ABDIB, Abimaq, Anfavea, entre outras), baseadas em setores específicos da indústria, as quais foram sendo mobilizadas pelo governo Kubitschek para atuar nos grupos executivos de trabalho. (LEOPOLDI, 2000:263)

Na década de 1950, portanto, observamos o processo de mudança na forma de

representação dos interesses dos industriais perante o Estado. As transformações que ocorrem no sistema produtivo alteram o tipo e a forma da representação, bem como os interesses predominantes. O Estado diversifica também suas agências destinadas à intervenção no processo produtivo e na criação de condições de investimento dos capitais.

Considerações Finais

O governo Kubitschek, ao criar os Grupos Executivos, estimulou os industriais a se organizarem a partir das associações paralelas de modo a atender os setores que seriam foco de forte investimento e expansão, resalta Leopoldi. Assim, essa movimentação teria contribuído para o esvaziamento da estrutura de representação corporativa. Por outro lado, a investida sem sucesso de alguns segmentos da estrutura corporativa contra a Instrução 113 da SUMOC, ainda em 1955 quando fora esta criada, demonstra o enfraquecimento do modelo corporativo e da sua capacidade de unificar o conjunto do empresariado em defesa de um programa de desenvolvimento industrial.

O governo Kubitschek não apenas manteve a Instrução 113, como a potencializou e deu continuidade a alguns planos não executados durante o governo Vargas, utilizando de meios de financiamento internos e externos para promover a sua política de expansão industrial.

A complexificação do parque industrial produziu um novo grupo de dirigentes industriais, ou seja, um grupo de intelectuais orgânicos dos setores da burguesia brasileira associado aos investidores externos. Como parte de um grupo social, o intelectual orgânico atua na organização e consolidação desse grupo.

Nesse processo, a oposição ao setor oligárquico ocorreu permitindo a sua reconfiguração e incorporação ao novo padrão de desenvolvimento. Como elemento central da *revolução passiva*, a incorporação dos antigos setores dominantes cumpre o papel de impedir o acesso da classe trabalhadora à nova ordem em consolidação.

Dessa forma, o Estado atuou no sentido de garantir e estimular a representação dos interesses burgueses no seu interior. Na década de 1950, o modelo de organização corporativo deixa de ser predominante. Os setores mais dinâmicos da economia passam a se organizar em associações que se caracterizam como parte da estrutura privada, paralela à oficial. Se na década de 1940, as disputas entre empresariado e Estado levaram a formação de um modelo

de corporativismo (oficial e privado) que gerou uma espécie de dupla organização, na década de 1950 a tendência foi de sobreposição das associações privadas ao modelo oficial.

Dessa forma, destacamos que o arcabouço teórico proposto por Gramsci acerca do *Estado ampliado* é fundamental para a compreensão do período abordado. A estreita relação entre as associações privadas e as agências de Estado demonstram o movimento simultâneo entre sociedade civil e Estado, bem como as formas que tal relação assume nesse período.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, a sociedade civil, no que tange aos aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial, se encontram razoavelmente desenvolvidas a ponto de terem atuado decisivamente na elaboração do projeto de golpe que realizariam, junto com os militares, em 1964. Tendo isso em vista, podemos afirmar que as transformações desse período não expressaram a recorrente fraseologia sobre a existência de um Estado forte e uma sociedade civil fraca.

Por fim, este trabalho buscou ressaltar que a organização do novo setor hegemônico da burguesia se deu através da sociedade civil em constante relação com o Estado restrito, fundamental no planejamento e suporte do processo de complexificação do parque industrial. A “ampliação” do Estado ocorreu sob a perspectiva de um Estado de tipo capitalista, ou seja, ele se amplia, prioritariamente, para os setores da classe dominante, ou para a fração dominante em dado estágio do desenvolvimento deste modo de produção. Supor um *Estado ampliado*, sob as mesmas condições, para a classe trabalhadora é esvaziar o seu conteúdo de classe, característico da leitura gramsciana. Por sua vez, a “ampliação” para a classe trabalhadora só pode ocorrer no sentido de buscar o seu consentimento ativo, isto é, o consenso para a construção de uma hegemonia burguesa. À classe trabalhadora é dada a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia.

Referencias Bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci en Brasil*. In.: Cuadernos Políticos. Nº 46. México, D.F., Ediciones Era, 1986.
- _____. *O Estado Brasileiro: gênese, crise e alternativas*. In.: Lima, Júlio César França(org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. 2ª edição.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2006[1975], 5ª edição.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. 3ª edição.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 4ª edição.
- _____. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos. 1916-1935*. / COUTINHO, Carlos Nelson(org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil(1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LIGUORI, Guido. *Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade*. In.: COUTINHO, C.N; TEIXEIRA, A. de P. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009;
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de; EVANS, Peter. *Um delicado equilíbrio: O capital internacional e o local na industrialização brasileira*. Cadernos Cebrap. Nº 28. 1977.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.